



CONGRESSO NACIONAL

**EMENDA Nº - CMMPV 1308/2025**  
**(à MPV 1308/2025)**

Dê-se nova redação ao *caput* do art. 3º; e acrescentem-se §§ 0º a 0º-2 ao art. 3º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“**Art. 3º** O procedimento do licenciamento ambiental especial aplica-se a atividades ou empreendimentos estratégicos.

**§ 0º** Enquadram-se como atividades ou empreendimentos estratégicos, para os fins desta lei, aqueles que:

**I** – sejam essenciais para a defesa nacional, a segurança pública, a segurança energética, a segurança hídrica ou a defesa civil;

**II** – contribuam para a expansão do saneamento básico;

**III** – promovam a integração regional ou nacional por meio de obras ou serviços de infraestrutura de transporte, logística ou comunicações;

**IV** – apresentem elevado potencial de impacto positivo no Produto Interno Bruto, na geração de empregos diretos e permanentes ou na expansão das exportações brasileiras;

**V** – contribuam de forma comprovada para a mitigação de riscos ambientais relevantes;

**VI** – envolvam a pesquisa, a lavra, o beneficiamento, a industrialização ou a logística de minerais críticos para a transição energética ou de alta dependência de importação;

**VII** – reduzam de forma significativa a necessidade de importação de fertilizantes ou de insumos estratégicos para a segurança alimentar; ou

**VIII** – outros definidos por ato do Poder Executivo federal, estadual, distrital ou municipal com respectiva responsabilidade no licenciamento do empreendimento ou da atividade sob sua competência.



**§ 0º-1.** Na hipóteses de divergência de interpretação quanto ao enquadramento de atividade ou empreendimento nos incisos I a VII do § 0º, a decisão de harmonizar o entendimento caberá à Casa Civil da Presidência da República.

**§ 0º-2.** A decisão de que trata o § 0º-1 deverá:

**I** – ser precedida de consulta pública eletrônica, com prazo mínimo de trinta dias, para manifestações de quaisquer interessados;

**II** – proferida no prazo máximo de trinta dias, contado da data de encerramento da consulta pública, acompanhada da respectiva fundamentação, que será tornada pública.

.....”

Os dispositivos acima propostos e adjacentes deverão ser devidamente renumerados no momento da consolidação das emendas ao texto da proposição pela Redação Final.

## JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda tem por finalidade conferir a necessária objetividade, segurança jurídica e previsibilidade procedimental à definição de “atividades ou empreendimentos estratégicos”, no contexto do licenciamento ambiental especial.

Na redação original, o conceito de “estratégico” é demasiadamente aberto e subjetivo, permitindo interpretações amplas por parte do Poder Executivo e de seus órgãos, o que pode resultar tanto na ampliação indevida, quanto na restrição arbitrária do alcance do instrumento. Tal abertura expõe os empreendimentos ao casuísmo e aos riscos elevados de instabilidade normativa, pois decisões legítimas e fundamentadas podem ser revistas ou revogadas a cada nova eleição, colocando em risco investimentos de longo prazo, empregos e o próprio desenvolvimento nacional.

A proposta estabelece critérios claros e objetivos — vinculados a áreas essenciais como defesa nacional, segurança energética e hídrica, saneamento básico, defesa civil, integração nacional por meio de infraestrutura, impacto econômico relevante e mitigação comprovada de riscos ambientais



—, delimitando o poder discricionário e assegurando que a classificação como estratégica seja pautada por parâmetros verificáveis. Adicionalmente, a emenda disciplina que, havendo divergência de interpretação sobre o enquadramento, a decisão final de harmonizar o entendimento caberá à Casa Civil. Também se impõe a obrigatoriedade de consulta pública prévia, com prazo mínimo para manifestações, e prazo máximo para decisão fundamentada, assegurando transparência, participação social e celeridade.

Dessa forma, a emenda aprimora o texto da Medida Provisória, promovendo **estabilidade regulatória, proteção aos investimentos e confiança**, sem abrir mão da eficiência e da efetividade do licenciamento ambiental para empreendimentos estratégicos.

Sala da comissão, 11 de agosto de 2025.

**Deputado Marcel van Hattem**  
**(NOVO - RS)**

